

Associação
Beneficente Santa
Fé

**Demonstrações contábeis em 31 dezembro de
2024**

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis	3
Balancos patrimoniais	6
Demonstrações dos resultados	7
Demonstrações do resultado abrangentes	8
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	9
Demonstrações dos fluxos de caixa	10
Notas explicativas às demonstrações contábeis	11



KPMG Auditores Independentes Ltda.

Rua Verbo Divino, 1400, Conjunto Térreo ao 801 - Parte

Chácara Santo Antônio, CEP 04719-911, São Paulo – SP

Caixa Postal 79518 – CEP 04707-970 – São Paulo – SP - Brasil

Telefone +55 (11) 3940 – 5852

kpmg.com.br

A Diretoria da

Associação Beneficente Santa Fé

São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Associação Beneficente Santa Fé (“Santa Fé” ou “Entidade”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Associação Beneficente Santa Fé em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às pequenas e médias empresas.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Santa Fé, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

Auditoria das demonstrações contábeis do exercício anterior

O balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa e respectivas notas explicativas para o exercício findo nessa data, apresentados como valores correspondentes nas demonstrações contábeis do exercício corrente, foram anteriormente auditados por outros auditores independentes, que emitiram relatório em 28 de maio de 2024, sem modificação.



Auditora dos valores correspondentes

O exame das demonstrações contábeis relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, preparados originalmente antes dos ajustes descritos na nota explicativa nº 31., foi conduzido sob a responsabilidade de outros auditores independentes, que emitiram relatório de auditoria sem modificações, com data de 28 de maio de 2024. Não fomos contratados para auditar, revisar ou aplicar quaisquer outros procedimentos sobre os referidos ajustes e sobre as demonstrações contábeis da Entidade referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e, portanto, não expressamos opinião ou qualquer forma de asseguuração sobre elas tomados em conjunto.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às pequenas e médias empresas (NBC TG 1000 (R1)) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Santa Fé continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Santa Fé ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela Administração da Santa Fé são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Santa Fé.



- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Santa Fé. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Santa Fé a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 27 de agosto de 2025

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-014428/O-6

Vinicius Maximo
Contador CRC 1SP285464/O-0

**ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE
SANTA FÉ**

CNPJ/MF: 71.729.628/0001-70

Balanços Patrimoniais

Em reais

ATIVO	NE	31/12/2024	31/12/2023 (Reapresentado)	PASSIVO	NE	31/12/2024	31/12/2023 (Reapresentado)
Circulante		4.238.377	2.564.173	Circulante		3.536.525	1.585.128
Caixa e equivalentes de caixa	4	1.449.621	1.808.410	Obrigações comerciais	10 a.	223.639	182.581
Recursos vinculados a projetos	5	2.533.907	606.634	Obrigações trabalhistas	10 b.	694.368	771.303
Estoques	7	8.684	42.131	Obrigações tributárias	10 c.	543	898
Outros créditos	8	246.165	106.998	Parcelamentos INSS e FGTS	10 c.	215.397	197.719
				Outras contas a pagar	11	111.893	59.441
				Projetos a executar	6	2.290.685	373.186
Não Circulante		84.783	50.321	Não Circulante		365.255	533.535
Investimentos		-	2.534	Parcelamentos INSS e FGTS	10 c.	365.255	533.535
Imobilizado	9	84.783	47.787				
				Patrimônio líquido	15	421.380	495.831
				Fundo Patrimonial		15.715	15.715
				Superávits Acumulados		409.834	493.392
				Resultado de Exercícios Anteriores		(4.169)	(13.276)
Total do Ativo		4.323.160	2.614.494	Total do Passivo e Patrimônio Social		4.323.160	2.614.494

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações contábeis

Rogério Lucchi Monaco

Diretor Executivo

Marcélio de Oliveira

Contador

ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE
SANTA FÉ
CNPJ/MF: 71.729.628/0001-70
Demonstrações de Resultados
Em Reais

		31/12/2024	31/12/2023 (Reapresentado)
Receitas operacionais			
Com Restrição			
Programa de Atendimento Socioeducacional	15.a	3.966.425	4.540.188
Gratuidades	15.b	474.474	1.269.692
Trabalho Voluntário	15.b	16.054	10.063
Rendimentos Financeiros	15.b	136.212	364.718
Sem Restrição			
Contribuições e Doações Voluntárias	15.c	2.202.947	632.874
Ganhos na Venda de Bens	15.c	1.407.730	1.460.822
Total de receitas		8.203.841	8.278.357
Custos e Despesas Operacionais			
Com Programa de Atendimento Socioeducacional			
Educação	16	(219.628)	(110.051)
Saúde	16	(9.172)	(65.944)
Despesas de pessoal	16	(599.333)	(606.171)
Assistência Social	16	(3.145.900)	(2.968.267)
Gratuidades Concedidas	16	(88.844)	(843.371)
Trabalho Voluntário	16	(16.054)	(10.063)
Com Atividade de Assistência Social			
Assistência Social	17	(16.362)	(50.248)
Resultado Bruto		4.108.548	3.624.243
Despesas Operacionais			
Salários e Encargos Sociais	18.a	(2.467.503)	(2.863.586)
Impostos e Taxas	18.c	(53.396)	(114.611)
Aluguéis	18.c	(170.720)	(210.720)
Serviços Gerais	18.b	(1.176.798)	(1.292.497)
Manutenção	18.b	-	(4.699)
Depreciação e Amortização	18.b	(17.854)	(39.543)
Perdas Diversas	18.c	(246.900)	-
Despesas operacionais antes das despesas financeiras		(24.624)	(901.413)
Despesas Financeiras		(58.934)	(98.368)
(Déficit) do Exercício		(83.558)	(999.781)

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações contábeis

**ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE
SANTA FÉ**
CNPJ/MF: 71.729.628/0001-70
Demonstrações de Resultados Abrangentes
(Em Reais)

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u> (Reapresentado)
(Déficit) do exercício	(83.558)	(999.781)
Outros Resultados Abrangentes	9.107	(13.276)
Resultado abrangente do exercício	<u>(74.451)</u>	<u>(1.013.057)</u>

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações contábeis

ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE
SANTA FÉ
 CNPJ/MF: 71.729.628/0001-70
 Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido
 (Em Reais)

	Fundo Patrimonial	Ajustes de exercícios anteriores	Superávit/ (Déficits) acumulados	Total
Saldos em 01 de janeiro de 2023	<u>15.715</u>	<u>-</u>	<u>1.493.173</u>	<u>1.508.888</u>
Déficit do exercício	-	-	(999.781)	(999.781)
Ajustes de exercícios anteriores	-	(13.276)	-	(13.276)
Saldo em 31 de dezembro de 2023 (reapresentado)	<u>15.715</u>	<u>(13.276)</u>	<u>493.392</u>	<u>495.831</u>
Déficit do exercício	-	-	(83.558)	(83.558)
Ajustes de exercícios anteriores	-	9.107	-	9.107
Saldo em 31 de dezembro de 2024	<u>15.715</u>	<u>(4.169)</u>	<u>409.834</u>	<u>421.380</u>

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações contábeis

**ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE
SANTA FÉ**

CNPJ/MF: 71.729.628/0001-70

Demonstrações dos Fluxos de Caixa

(Em Reais)

	31/12/2024	31/12/2023 (Reapresentado)
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais		
(Déficit) do exercício	(83.558)	(999.781)
Ajustes por:		
Baixa de imobilizado	696	3.299
Constituição/(reversão) de Provisão para perdas com estoques	9.116	(544.488)
Provisão para devedores duvidosos	10.000	-
Depreciação	17.854	39.543
Ajustes de exercícios anteriores	9.107	(13.277)
Superávit (Déficit) do exercício ajustado	(36.785)	(1.514.704)
(Aumento)/Diminuição de ativos operacionais		
Recursos vinculados a projetos	(1.927.273)	(1.021.905)
Estoques	24.331	206.570
Outros créditos	(139.167)	20.376
Aumento/(Diminuição) de passivos operacionais		
Obrigações comerciais	41.058	98.371
Obrigações trabalhistas	(76.935)	(1.523)
Obrigações tributárias	(355)	457
Parcelamento INSS/FGTS	(150.602)	(199.767)
Outras contas a pagar	44.986	(54.915)
Projetos a executar	1.917.499	1.017.668
Caixa Líquido das Atividades Operacionais	(303.243)	(1.449.372)
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimento		
Aquisição de ativo imobilizado	(55.546)	(17.699)
Caixa Líquido Usado nas Atividades de Investimentos	(55.546)	(17.699)
(Diminuição) líquida de caixa e equivalentes de caixa	(358.789)	(1.467.071)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	1.808.410	3.275.481
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	1.449.621	1.808.410
(Diminuição) em caixa e equivalentes de caixa	(358.789)	(1.467.071)

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações contábeis

Notas explicativas às demonstrações contábeis

(Em Reais)

1 Contexto Operacional

A Associação Beneficente Santa Fé (“Santa Fé” ou “Entidade”), com sede na Rua Rio Grande, 853 Vila Mariana, na cidade São Paulo, é uma associação civil de direito privado, beneficente, assistencial, de natureza filantrópica e sem fins lucrativos, que tem por finalidade e objetivos a prestação da assistência material, moral, pedagógica, médica (por meio de acompanhamento dos pacientes a hospitais públicos, sem a prática da medicina pela própria entidade), a formação profissional das crianças, adolescentes e jovens em situação de risco, órfãos ou desamparados, inscrita no CNPJ nº 71.729.628/0001-70, titular da Certificação em SMADS sob o nº 30.4, inscrita no Conselho Municipal de Assistência Social – COMAS-SP sob o nº 650/2012 e registro no CEBAS, protocolado de nº 2358740027028/2020 e válido até 31/12/2025, conforme portaria nº 49/2022.

A Associação Beneficente Santa Fé tem como objetivos básicos:

1. A promoção e a defesa dos direitos da criança, adolescentes e jovens;
2. A construção e manutenção de creches, casas de juventude, albergues e outros centros sociais;
3. Implantar e manter instituições educacionais em todos os níveis, graus e áreas de ensino e pesquisa científica;
4. Implantar programas educacionais que possam oferecer ao educando condições para o exercício pleno de sua cidadania, oportunidade e empregabilidade profissional, e habilidades empreendedoras;
5. Implantar projetos e eventos educacionais;
6. Elaborar, desenvolver e implantar projetos de natureza cultural e artística.

Para consecução de seus objetivos, a Entidade poderá firmar contratos, convênios, termos de colaboração ou fomento, acordos ou termos de cooperação, ou outros ajustes, inclusive ao amparo de programas de incentivo ou renúncia fiscal, com o poder público ou com a iniciativa privada em todos os níveis, para gestão de equipamentos, implantação e desenvolvimento de programas nas áreas da cultura, assistência social e da educação.

2 Base de preparação

a. Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis para as pequenas e médias empresas.

A emissão das demonstrações contábeis foi autorizada pela Diretoria em 27 de agosto de 2025.

b. Continuidade operacional

A Administração da Associação Beneficente Santa Fé avaliou a capacidade da associação continuar operando normalmente e está segura de que possui recursos para dar prosseguimento aos seus projetos no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento sobre incerteza material que possa gerar dúvida significativas a respeito de sua capacidade de continuar operando. Desta forma, estas demonstrações contábeis foram preparadas com base no pressuposto de continuidade operacional.

c. Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico, exceto pelas gratuidades e trabalho voluntário que são reconhecidos a valor justo por meio do resultado.

d. Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações contábeis estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Entidade. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

e. Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações contábeis, a Administração utilizou julgamentos e estimativas que afetam a aplicação de políticas contábeis da Entidade e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

f. Julgamentos

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota explicativa 12 – mensuração de provisão para contingências;

3 Políticas contábeis materiais

A Entidade aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações contábeis.

a. Instrumentos financeiros

Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e bancos conta movimento. Os recursos financeiros que a Entidade possui, mas que estão vinculados a projetos são apresentados na rubrica de “Recursos vinculados a projetos”.

Aplicações financeiras - Com restrições

Demonstradas ao custo acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, tendo como contrapartida o resultado do exercício ou conta de obrigação com o contrato de gestão.

Essas aplicações, embora de liquidez imediata, têm sua movimentação restrita, dependendo de autorização do Conselho de Administração ou, quando requerido, do poder público.

Recursos vinculados a projetos

Recursos financeiros vinculados a projetos representam os saldos de bancos conta movimento e aplicações financeiras que possuem utilização restrita e somente poderão ser utilizados para fazer frente às obrigações de projetos relacionados a contrato de gestão ou a outro projeto incentivado e outros ajustes que lhe deram origem. Os rendimentos auferidos nas aplicações financeiras são apropriados na rubrica de créditos de projetos a incorrer.

Passivos financeiros não derivativos

Os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Entidade se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Entidade baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas.

A Entidade tem apenas “outras contas a pagar” como passivos financeiros não derivativos, que são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

Mensuração subsequente

Para fins de mensuração subsequente, os passivos financeiros são classificados como: Passivos financeiros ao custo amortizado é representado pelo contas a pagar.

Desreconhecimento

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação sob o passivo é extinta, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo mutuante em termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como o desreconhecimento do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado.

b. Estoques

São avaliados ao custo de aquisição para as matérias-primas e ao custo médio de aquisição ou de produção, que não excede o valor de mercado. Os estoques são substancialmente doações recebidas de obras de arte, produtos e mercadorias destinadas para captação de recursos através de vendas com bazares e leilões. Quando não houver condições de avaliar esses bens ao valor de mercado, é constituída uma provisão de perda no valor total, e somente quando ocorre as vendas destes produtos, reconhecida pelo efetivo valor recebido.

c. Despesas antecipadas

São apropriadas pelo decorrer do prazo dos contratos e apresentadas pelo valor líquido de realizações.

d. Apuração do resultado e reconhecimento das receitas e despesas incentivadas

Os recursos provenientes dos contratos firmados juntos aos órgãos públicos, quando utilizados, ou seja, quando executado referido contrato, são reconhecidos no mês de competência como receita durante o exercício. Os recursos não utilizados ficam registrados no passivo circulante, representando a parcela que ainda deverá ser aplicada.

O reconhecimento das receitas e despesas é efetuado em conformidade com o regime contábil de competência de exercício.

Os valores recebidos e empregados dos contratos firmados juntos aos órgãos públicos são registrados da seguinte forma:

Recebimento / captação de recursos: Quando ocorre o recebimento de recursos é reconhecido o débito de recursos vinculados a projetos e o crédito de projetos a executar no passivo circulante.

Consumo como despesa: Quando ocorrem os gastos dos contratos firmados juntos aos órgãos públicos e dos recursos incentivados, são reconhecidas as despesas correspondentes, sendo as despesas reconhecidas em contrapartida ao débito do passivo de projetos a executar.

e. Imobilizado

(i) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (impairment), quando necessário

(ii) Depreciação

A depreciação reflete o padrão de consumo pela entidade dos benefícios econômicos futuros, e é calculada para os itens do ativo imobilizado, líquido de seus valores residuais estimados, pelo método linear, baseado na vida útil estimada dos itens. A depreciação é reconhecida no resultado. Terrenos não são depreciados.

As vidas úteis estimadas do ativo imobilizado são as seguintes:

Edifícios	40 anos
Máquinas e equipamentos	3-12 anos
Móveis e utensílios	5-10 anos

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado.

f. Redução ao valor recuperável (Impairment)

(i) Ativos financeiros não-derivativos

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

A Administração da Entidade não identificou qualquer evidência que justificasse a necessidade de provisão.

g. Provisões, passivos circulantes e não circulantes

Uma provisão é reconhecida no balanço patrimonial quando a Entidade possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias incorridas até a data do balanço patrimonial.

h. Demais ativos circulantes e não circulante

São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias incorridas até a data dos balanços.

i. Receitas, despesas e aplicação dos recursos

As receitas e despesas da entidade são registradas através de comprovantes de recebimentos, entre eles, avisos bancários, notas fiscais, recibos, contratos e em conformidade com as exigências legais e fiscais. As receitas da Entidade provem exclusivamente de doações e convênios mantidos com o governo não cobrando nenhuma participação dos usuários

Os recursos da Entidade são aplicados em suas finalidades institucionais em conformidade com seu Estatuto Social, demonstrados pelas despesas (custeio) e investimentos patrimoniais.

j. Receitas e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem basicamente as receitas de juros sobre aplicações financeiras. As despesas financeiras abrangem, basicamente, os impostos incidentes sobre receita financeira, impostos incidentes sobre operações de câmbio e tarifas bancárias cobradas pelas instituições financeiras.

k. Receitas com trabalhos voluntários

Conforme estabelecido na Interpretação ITG 2002 (R1) - Entidade sem Finalidade de Lucro, a Entidade valoriza as receitas com trabalhos voluntários, inclusive de membros integrantes de órgãos da administração, sendo mensuradas ao seu valor justo levando-se em consideração os montantes que a Entidade haveria de pagar caso contratasse estes serviços em mercado similar. As receitas com trabalhos voluntários são reconhecidas no resultado do exercício em receitas operacionais em contrapartida a despesas operacionais também no resultado do exercício. Em 31 de dezembro de 2024 registrou o montante de R\$ 16.053 (R\$ 10.063 em 2023) referente a trabalhos voluntários.

l. Retificação de erros

Durante o exercício de 2024, a Entidade identificou que determinou valores relacionados ao reconhecimento das receitas com convênios públicos do ano de 2023 estavam sendo registrados somente no ano de 2024, quando da realização da prestação de contas aos órgãos públicos. Consequentemente, as receitas do exercício de 2024 foram apresentadas a maior. Os erros foram corrigidos pela reapresentação dos valores correspondentes nos exercícios afetados.

A tabela a seguir resume os impactos nas demonstrações contábeis da Entidade:

(i) Balanço patrimonial:

31 de dezembro de 2023	Impactos da retificação de erros		
Em Reais	Anteriormente apresentado	Ajustes	Reapresentado
Ativo Circulante			
Projetos a receber	2.684.419	(2.684.419)	-
Ativo Não Circulante			
Projetos a receber	5.464.202	(5.464.202)	-
Passivo Circulante			
Projetos a executar	3.829.102	(3.445.916)	373.186
Passivo Não Circulante			
Projetos a executar	5.464.202	(5.464.202)	-
Patrimônio Líquido			
Superávit ou Déficit Acumulados	(268.105)	761.497	493.392

(ii) Demonstração do resultado e resultado abrangente:

31 de dezembro de 2023	Impactos da retificação de erros		
Em Reais	Anteriormente apresentado	Ajustes	Reapresentado
Receitas operacionais			
Programa de Atendimento Socioeducacional	3.778.691	761.497	4.540.188
Superávit / (Déficit) do Exercício	(1.761.278)	761.497	(999.781)
Total do resultado abrangente	(1.774.554)	761.497	(1.013.057)

(iii) Demonstração da mutação do patrimônio líquido:

31 de dezembro de 2023	Impactos da retificação de erros		
Em Reais	Anteriormente apresentado	Ajustes	Reapresentado
Patrimônio social			
No início do exercício	1.508.888	-	1.508.888
Déficit do exercício	(1.761.278)	761.497	(999.781)
Ajustes de exercícios anteriores	(13.276)	-	(13.276)
No final do exercício	(265.666)	761.497	495.831

4 Caixa e equivalentes de caixa

Os valores contabilizados neste subgrupo representam moeda em caixa e depósitos à vista em conta bancária, bem como os recursos que possuem as mesmas características de liquidez de caixa e de disponibilidade imediata ou até 90 (noventa) dias e que estão sujeitos a insignificante risco de mudança de valor.

	2024	2023
Caixa e bancos	51.581	290
Aplicações financeiras – CDI	1.398.040	1.742.946
Aplicações Poupança	-	65.174
Total	1.449.621	1.808.410

5 Recursos vinculados a projetos

	2024	2023
Caixa e bancos	3.866	2.493
Bancos conta movimento	194.124	194.139
Aplicações financeiras – CDB	1.831.990	-
Aplicações Poupança	503.927	410.002
Caixa, bancos e aplicações – vinculados a projetos	2.533.907	606.634

Os recursos vinculados a projetos referem-se a recursos recebidos pela Entidade que serão utilizados exclusivamente nos projetos incentivados e em passivos relacionados a estes projetos, conforme mencionado na Nota Explicativa nº 6.

As aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

Esses investimentos financeiros referem-se substancialmente a aplicações em Certificados de Depósitos Bancários (CDBs), remunerados a taxas de 100% do CDI - Certificado de depósito Bancário em 2024 (100% 2023).

6 Projetos a executar

A seguir apresentamos os contratos em andamento no exercício e sua movimentação demonstrando o total de recursos recebidos pela Entidade e os rendimentos financeiros desses recursos, bem como os montantes utilizados na execução dos projetos (consumo).

Associação Beneficente Santa Fé
Demonstrações contábeis
em dezembro de 2024

Movimentação 2024	Saldos em 2023	Captação de Recursos	Rendimentos Financeiros	Consumo	Atualização Monetária	Revisão Contratual	Saldos em 2024
Projetos Públicos – Nacional							
MC 386/SMADS/2023 (b)	5.576	1.400.310	-	(1.394.707)	171.053	-	182.232
VI 058/SMADS/2019 (c)	111.052	111.051	-	(111.052)	-	(111.051)	-
VI 042/SMADS/2024 (d)	-	1.449.169	-	(1.445.713)	4.332	-	7.788
Fundo para Indenizações ⁽¹⁾	161.665	-	35.185	36.124	-	-	232.974
02/SEDS/CONDECA/2018-2019 (e)	-	840.516	(79) ⁽²⁾	-	-	-	840.437
Projeto Privado – Nacional (f)	-	500.000	10.141	(238.500)	-	-	271.641
Projetos Privados – Exterior							
Parceiro A	87.502	-	-	(34.940)	-	(52.562)	-
Parceiro B (h)	7.391	1.494.044	31.815	(777.637)	-	-	755.613
Total de projetos a executar	373.186	5.795.090	77.062	(3.966.425)	175.385	(163.613)	2.290.685

⁽¹⁾ Fundo para Indenizações: constituído por depósitos em uma conta específica de parte dos recursos de convênios, repassados pela SMADS Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social da PMSP, destinado ao pagamento de despesas futuras como: Aviso prévio, Multa de Fgts, 13º salário, 1/3 de férias, auxílio doença e encargos sobre férias e 13º salário.

⁽²⁾ Correspondem a gastos com regularização referente a tarifas bancárias.

Movimentação 2023 (Reapresentado)	Saldos em 2022	Captação de Recursos	Rendimentos Financeiros	Consumo	Revisão Contratual	Saldos em 2023
Projetos Públicos – Nacional						
MC 396/SMADS/2018	17.217	727.614	-	(744.831)	-	-
MC 386/SMADS/2023	-	561.754	-	(556.178)	-	5.576
VI 058/SMADS/2019	137.560	1.384.557	-	(1.411.065)	-	111.052
Fundo para Indenizações	-	-	33.293	128.372	-	161.665
Projetos Privados – Exterior						
Parceiro A	52.562	1.258.250	-	(1.223.310)	-	87.502
Parceiro B	2.300.000	-	-	(733.176)	(1.559.433)	7.391
Total de projetos a executar	2.507.339	3.932.175	33.293	(4.540.188)	(1.559.433)	373.186

- **Captação de Recursos** - correspondem ao recebimento de fluxos de caixa, conforme determinado nos contratos de convênios e aditivos.
- **Rendimentos financeiros** - referem-se a rendimento das aplicações financeiras dos recursos vinculados aos projetos que, de acordo com a norma contábil, são reconhecidos no ativo em contrapartida a projetos a executar.
- **Consumo** - referem-se aos gastos que foram empregados nos projetos ao longo do exercício social.
- **Atualização Monetária** - decorrem do do reajuste nas parcelas, autorizado pela Secretaria Municipal por meio de portarias para convênios públicos ou conforme definido em disposições contratuais para contratos privados.

Revisão Contratual – reavaliação técnica da estimativa de gastos.

a. Contrato 396/SMADS/2018 - SAICA MINHA CASA

Serviço de Acolhimento Institucional para Crianças e Adolescentes (SAICA) conveniado à SMADS, o Projeto Minha Casa oferece acolhimento protetivo, cuidado integral e fortalecimento de vínculos a crianças de 0 a 17 anos em situação de vulnerabilidade e violação de direitos.

Com a assinatura do Termo de Colaboração assinado em 09/08/2018 com vigência de 01/08/2018 a 31/07/2023, os repasses totais foram na ordem de R\$ 5.037.702 conforme cronograma de desembolso abaixo:

Repasses do contrato 396/SMADS/2018	Recebidos
2018	388.107
2019	924.820
2020	911.558
2021	1.017.787
2022	1.067.816
2023	727.614
Total	5.037.702

b. Contrato 386/SMADS/2023 –SAICA MINHA CASA

Dando continuidade ao atendimento iniciado no contrato anterior, o Projeto Minha Casa permanece como Serviço de Acolhimento Institucional conveniado à SMADS, garantindo proteção integral, ambiente seguro e apoio psicossocial a crianças e adolescentes de 0 a 17 anos afastados de suas famílias por medida protetiva.

Com a assinatura do Termo de Colaboração 386/SMADS/2023 SAICA MINHA CASA em 03/08/2023 com vigência de 01/08/2023 a 31/07/2028, com previsão contratual inicial de repasses totais da ordem R\$ 6.830.252 e após atualização de parcelas pelas portarias o valor aumento para R\$ 7.084.510. com o seguinte cronograma de desembolso:

Repasses do contrato 386/SMADS/2023	Recebidos	A receber	Total
2023	561.754	-	561.754
2024	1.400.310	-	1.400.310
2025	-	1.429.520	1.429.520
2026	-	1.429.520	1.429.520
2027	-	1.429.520	1.429.520
2028	-	833.886	833.886
Total	1.962.064	5.122.446	7.084.510 ¹

¹ O valor superior ao previsto no contrato por conta de atualização monetária das parcelas conforme portaria 39/SMADS/2024.

c. Contrato 058/SMADS/2019 –SAICA –VOVÓ ILZA

O SAICA Vovó Ilza, conveniado à SMADS, oferece acolhimento institucional a crianças e adolescentes de 0 a 17 anos em situação de risco social ou violação de direitos, com foco no cuidado humanizado, na escuta qualificada e na reconstrução de vínculos, em um ambiente afetuoso e estruturado para o desenvolvimento integral. Termo de Colaboração assinado com vigência de 28/01/2019 a 27/01/2024 com previsão contratual de repasses totais no valor de 5.226.007, e após atualização de parcelas pelas portarias o valor aumento para R\$ 5.743.736. com o seguinte cronograma de desembolso:

Repasses do contrato 058/SMADS/2019	Recebidos
2019	966.767
2020	1.015.404
2021	1.132.000
2022	1.133.957
2023	1.384.557
2024	111.051
Total	5.743.736 ¹

¹ O valor superior ao previsto no contrato por conta de atualização monetária das parcelas conforme portarias 24/SMADS/2018, 30/SMADS/2018, 20/SMADS/2020, 88/SMADS/2022 e 11/SMADS/2023.

d. Contrato 042/SMADS/2024 – SAICA –VOVÓ ILZA

Em continuidade ao contrato anterior, o SAICA Vovó Ilza segue oferecendo acolhimento institucional, com cuidado individualizado, ambiente protetivo e fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários, atendendo crianças e adolescentes de 0 a 17 anos em situação de risco social, em parceria com a SMADS. Termo de colaboração assinado com vigência de 28 de janeiro de 2024 a 27 de janeiro de 2029, prevendo repasses totais no valor de R\$ 7.785.765. Do montante total, serão descontados R\$ 115.392 referentes ao mês de janeiro, uma vez que o contrato foi assinado em 28 de janeiro de 2024. Dessa forma, a vigência efetiva será de fevereiro de 2024 em diante, com um repasse total contratual ajustado de R\$ 7.670.373, e após atualização de parcelas pelas portarias o valor aumento para R\$ 7.962.959. com o seguinte cronograma de desembolso:

Repasses do contrato 042/SMADS/2024	Recebido	A receber	Total
2024	1.449.169	-	1.449.169
2025	-	1.598.476	1.598.476
2026	-	1.598.476	1.598.476
2027	-	1.598.476	1.598.476
2028	-	1.598.476	1.598.476
2029	-	119.886	119.886
Total	1.449.169	6.513.790	7.962.959¹

¹ O valor superior ao previsto no contrato por conta de atualização monetária das parcelas conforme portaria 39/SMADS/2024.

e. Contrato 02/SEDS/CONDECA/2018-2019

Executado com apoio do CONDECA-SP, o projeto Fortalecendo Famílias promove ações de prevenção à ruptura de vínculos familiares e comunitários, com atendimentos psicossociais, oficinas e acompanhamento contínuo de crianças, adolescentes e seus responsáveis. A iniciativa busca construir condições para a emancipação social, a garantia de direitos e a ruptura dos ciclos intergeracionais de pobreza e violências.

Termo de Fomento assinado em 04/11/2024, tem como objeto executar o Projeto Fortalecendo Famílias, com emprego de recursos captados pelo Fundo Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente com prazo de vigência de 12 meses a partir da data da assinatura, com o seguinte cronograma de desembolso:

Repasses do contrato 02/SEDS/CONDECA/2018-2019	Recebido
2024	840.516
Total	840.516

f. Contrato Parceiro Setor Privado – Nacional

A doação de recursos privados é fundamental para a Santa Fé, viabilizando o aperfeiçoamento institucional e o fortalecimento das ações de advocacy. Esses recursos permitem aprimorar serviços, ampliar a capacidade de articulação e influenciar políticas públicas em defesa dos direitos de crianças e adolescentes.

Termo de doação assinado em 16/09/2024, possui prazo de vigência de 24 meses com início na data de sua assinatura ou até o cumprimento de todas as obrigações decorrentes dele, o que ocorrer primeiro, podendo ser prorrogado pelas Partes mediante assinatura de Termo Aditivo, com o seguinte cronograma de desembolso:

Repasses do contrato parceiro Setor Privado – Nacional	Recebido
2024	500.000
Total	500.000

g. Contrato Parceiro A Setor Privado – Exterior

Trata-se de doação realizada através do Termo de doação assinado em 03/12/2020. O termo possuía prazo de vigência de 36 meses com início em janeiro de 2021 e término em dezembro de 2023 com o objetivo de apoiar os custos operacionais e desenvolvimento dos seguintes programas da associação Minha Casa, Casa Vovó Ilza e Construindo Pontes com o seguinte cronograma de repasse:

Repasses do contrato parceiro A Setor Privado – Exterior	Recebidos
2021	1.195.000
2022	1.237.500
2023	1.258.250
Total	3.690.750

h. Contrato Parceiro B Setor Privado – Exterior

O Programa Família Acolhedora, executado pela Santa Fé em parceria com o Instituto PENSI, é o braço de implementação da pesquisa EI-3, que avalia os impactos do acolhimento familiar no desenvolvimento de crianças de 0 a 2 anos. A iniciativa busca evidenciar os benefícios do acolhimento em família, contribuindo para políticas públicas de proteção à primeira infância.

Contrato foi assinado em 01/04/2022 tendo como objeto a execução do projeto Família acolhedora com vigência de 01/04/2022 a 28/02/2023 com previsão de repasses contratuais totais no valor de USD 768.675 o corresponde a R\$ 3.535.819. Durante a execução do projeto, verificou-se que a necessidade de caixa seria inferior à inicialmente prevista. Foi, portanto, realizada uma reavaliação técnica da estimativa de gastos e dos valores a receber, reduzindo o montante projetado para R\$ 2.155.593.

Repasses do contrato parceiro B Setor Privado – Exterior	Recebidos
2022	661.549
2023	-
2024	1.494.044
Total	2.155.593

7 Estoques

Os estoques de materiais existentes em 31 de dezembro de 2024 e 2023 estão valorizados pelo custo médio, que não superam o valor de mercado:

	2024	2023
Outros materiais	5.480	-
Produtos a distribuir	8.200	55.507
Material para eventos (obras de arte recebidas por doações)	320.000	302.504
Provisão Para Perdas de Estoques (1)	<u>(324.996)</u>	<u>(315.880)</u>
Total	8.684	42.131

(1) Doações recebidas de obras de arte, produtos e mercadorias destinadas para captação de recursos através de vendas com bazares e leilões são inicialmente registrados por nota fiscal ou recibos de acordo com o valor estabelecido pelo próprio doador. Pelo fato de não ter condições de avaliar esses bens ao valor de mercado, é constituída uma provisão de perda no valor total, e somente quando ocorre as vendas destes produtos, reconhecida pelo efetivo valor recebido.

8 Outros créditos

	2024	2023
Adiantamentos a empregados	29.689	27.727
Adiantamento de férias	30.300	41.988
Adiantamento a fornecedores	1.169	-
Contas a Receber de Vendas em Leilão	162.556	-
Despesas antecipadas - Prêmio de seguros	22.068	25.450
Crédito Tributário a Compensar	383	383
Outros Valores a Receber	-	<u>11.450</u>
Total	246.165	106.998

9 Imobilizado

Custo	31/12/2023	Adições	Baixas	31/12/2024
Instrumentos musicais	5.448	-	-	5.448
Equipamentos de informática	103.889	6.257	(27.900)	82.246
Máquinas e Equipamentos	9.540	3.982	-	13.522
Móveis e Utensílios	179.486	45.307	(136.197)	88.596
Ferramentas	177	-	(177)	-
	<u>298.540</u>	<u>55.546</u>	<u>(164.274)</u>	<u>189.812</u>
Total do custo				
Depreciação acumulada	<u>(250.753)</u>	<u>(17.854)</u>	<u>163.578</u>	<u>(105.029)</u>
Saldo líquido	<u>47.787</u>	<u>37.692</u>	<u>(696)</u>	<u>84.783</u>

Custo	31/12/2022	Adições	Baixas	31/12/2023
Instrumentos musicais	5.448	-	-	5.448
Equipamentos de informática	93.155	10.734	-	103.889
Máquinas e Equipamentos	12.839	-	(3.299)	9.540
Móveis e Utensílios	172.521	6.965	-	179.486
Ferramentas	177	-	-	177
	<u>284.140</u>	<u>17.699</u>	<u>(3.299)</u>	<u>298.540</u>
Total do custo				
Depreciação acumulada	<u>(211.210)</u>	<u>(39.543)</u>	<u>-</u>	<u>(250.753)</u>
Saldo líquido	<u>72.930</u>	<u>(21.844)</u>	<u>(3.299)</u>	<u>47.787</u>

10 Obrigações comerciais, trabalhistas e tributárias

a. Obrigações comerciais

	2024	2023
Fornecedores diversos a pagar	14.833	1.700
Prestadores de serviços PJ	46.640	38.896
Prestadores de serviços PF	3.815	7.009
Pró-labore a pagar	32.464	46.306
Férias da Diretoria a pagar	121.655	85.592
Cartão de crédito	4.232	3.078
Total	<u>223.639</u>	<u>182.581</u>

b. Obrigações trabalhistas

	2024	2023
Salários a pagar	199.397	194.342
Férias a Pagar	374.242	428.540
Rescisões a Pagar	7.756	6.446
INSS a Recolher	26.591	35.607
FGTS a Recolher	30.465	31.568
Imposto de Renda Retido na Fonte a Recolher	47.167	61.010
Contribuição Sindical a Pagar	2.064	4.462
Empréstimos Consignados a Pagar	6.686	8.930
Pensão a pagar	-	398
Total	<u>694.368</u>	<u>771.303</u>

c. Obrigações tributárias

Obrigações tributárias – Curto Prazo	2024	2023
ISS a Recolher	117	122
PIS/COFINS/CSLL retido na Fonte a Recolher	426	776
	<u>543</u>	<u>898</u>

	2024	2023
Parcelamentos - Curto prazo		
INSS Cota Patronal – Parcelamento a Pagar (1)	204.758	187.807
FGTS Parcelamento a pagar	10.639	9.912
	215.397	197.719
Parcelamentos - Longo prazo		
INSS Cota Patronal –Parcelamento a Pagar (1)	358.327	516.469
FGTS Parcelamento a Pagar	6.928	17.066
	365.255	533.535

- (1) A Associação Santa Fé, entidade beneficente, de caráter filantrópico, que aplica integralmente todos os recursos para atividades assistências e com reconhecimento de utilidade pública, foi objeto de autuação fiscal pelo INSS, sendo-lhe exigida, pagamentos relativos à cota patronal sobre a remuneração dos seus colaboradores do período anterior à obtenção do CEBAS, a qual foi contestada judicialmente. Em 17 de outubro de 2022 a Santa Fé obteve seu pedido para parcelamento desse débito no total de R\$ 819.688 homologado para pagamento em 60 meses, o qual está rigorosamente em dia restando, restando 33 (trinta e três) parcelas a pagar.

11 Outras contas a pagar

	2024	2023
Acordo Trabalhista a Pagar (1)	92.000	-
Reembolso a efetuar	10.515	3.278
Contas a pagar	-	480
Cestas Alimentos,Higiene e Vestuário a Distribuir	8.200	55.507
Prêmio de seguro a pagar	1.178	176
Total	111.893	59.441

- (1) Referem-se substancialmente a processos judiciais trabalhistas movidos contra a Associação Santa Fé nos quais foram realizados acordos para encerramento dos mesmos.

12 Provisão para contingências

Em relação ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, a Associação Beneficente Santa Fé não figurava em processos judiciais fiscais, cíveis e trabalhistas classificados com perda provável ou possível.

13 Partes relacionadas

O Estatuto Social da Entidade possui previsão de não remuneração dos membros do Conselho. Dessa forma, a Entidade não concede nenhum tipo de remuneração, vantagens ou benefícios, direta ou indiretamente, por qualquer forma ou título, em razão das competências, funções ou atividades que lhes foram atribuídas pelos respectivos atos constitutivos.

14 Patrimônio líquido

O patrimônio líquido é composto, substancialmente, pelo patrimônio social e pelos superávits/déficit apurados anualmente.

Em caso de extinção ou desqualificação da Entidade como organização social, haverá a incorporação integral do patrimônio, dos legados ou das doações que lhe foram destinados, bem como dos excedentes financeiros decorrentes de suas atividades, ao patrimônio de outra organização social qualificada no âmbito do Estado de São Paulo, da mesma área de atuação, ou ao patrimônio do Estado

Em 31 de dezembro de 2024 o valor do patrimônio líquido era de R\$ 421.380 e em 31 de dezembro de 2023 no valor de R\$ 495.831.

15 Receitas operacionais

a. Receitas de Programa de Atendimento Socioeducacional (convênios e parcerias)

Convênio/parcerias	2024	2023
Nº 396/SMADS/2018	-	744.831
MC 386/SMADS/2023	1.394.707	556.178
VI 058/SMADS/2019	111.052	1.411.065
VI 042/SMADS/2024	1.445.713	-
Fundo para Indenizações	(36.124)	(128.372)
Projetos Privados – Nacional	238.500	-
Projetos Privados – Exterior A	34.940	1.223.310
Projetos Privados – Exterior B	777.637	733.176
Total	3.966.425	4.540.188

b. Outras Receitas Restritas

Gratuidades	2024	2023
Nota Fiscal Paulista	112.514	158.635
Aluguel e IPTU	273.116	277.123
Cestas Alimentos, Higiêne e Vestuários Obtidas para Distribuição	88.844	833.934
Total	474.474	1.269.692

Trabalho Voluntário	2024	2023
Obtenção de Serviços Voluntários	16.054	10.063
Total	16.054	10.063

Rendimentos Financeiros	2024	2023
Rendimentos de Aplicações Financeiras	132.578	332.965
Descontos Obtidos (1)	3.634	1.561
Atualização Monetária de Créditos a Compensar	-	30.192
Total	136.212	364.718

(1) Descontos concedidos em Notas Fiscais de compras de alimentos.

c. Receitas sem Restrição

Contribuições e Doações Voluntárias	2024	2023
Doações em Numerário Pessoas Jurídicas (1)	630.238	124.611
Doações em Numerário Pessoas Físicas	1.405.188	365.953
Doações Materiais	7.281	-
Doações do Exterior	160.240	142.310
Total	2.202.947	632.874

(1) Referem-se substancialmente a doações realizadas por pessoas jurídicas via transferência bancária (TED ou PIX).

Ganhos na Venda de Bens	2024	2023
Quotas de Apoio (2)	728.790	977.667
Convites	99.584	227.342
Leilão	342.456	255.778
Reversão de perdas de estoques e outros ativos (1)	236.900	35
Total	1.407.730	1.460.822

(1) Composto substancialmente pela reversão das provisões para perdas em estoque das obras de arte que foram vendidas no decorrer do exercício de 2024;

(2) São pacotes estruturados de doação, com valores predeterminados e benefícios claros para os apoiadores, tais como visibilidade institucional, nome em materiais oficiais ou participação em eventos.

16 Despesas com Programa de Atendimento Socioeducacional

Educação	2024	2023
Atendimento a Crianças e Adolescentes (Minha Casa)	(21.233)	(20.749)
Atendimentos Família Acolhedora	(182.037)	(62.910)
Atendimento a Crianças e Adolescentes (Vovó Ilza)	(16.358)	(26.392)
Total	(219.628)	(110.051)

Despesas de pessoal	2024	2023
Salários, férias e encargos (Minha Casa)	(267.287)	(272.895)
Salários, férias e encargos (Família Acolhedora)	(81.636)	(65.365)
Salários, férias e encargos (Vovó Ilza)	(250.411)	(267.911)
Total	(599.333)	(606.171)

Saúde	2024	2023
Atendimento a Crianças e Adolescentes (Minha Casa)	(4.551)	(36.211)
Atendimentos Família Acolhedora	(216)	(1.641)
Atendimento a Crianças e Adolescentes (Vovó Ilza)	(4.405)	(28.092)
Total	(9.172)	(65.944)

Assistência Social	2024	2023
Atendimento a Crianças e Adolescentes (Minha Casa)	(1.445.722)	(1.457.817)
Atendimentos Família Acolhedora	(332.547)	(237.665)
Atendimento a Crianças e Adolescentes (Vovó Ilza)	(1.367.631)	(1.272.785)
Total	(3.145.900)	(2.968.267)

Gratuidades Concedidas	2024	2023
Cestas Alimentos, Higiêne e Vestuário Concedidas	(88.844)	(843.371)
Gratuidades	(88.844)	(843.371)
Total	(88.844)	(843.371)

Trabalho Voluntário	2024	2023
Utilização de Serviços Voluntários	(16.054)	(10.063)
Total	(16.054)	(10.063)

17 Despesas com Atividade de Assistência Social

Assistência Social	2024	2023
Atendimento a Crianças	(3.863)	(5.070)
Atendimentos a Famílias	(12.499)	(45.178)
Total	(16.362)	(50.248)

18 Despesas Operacionais

a. Despesa com Pessoal

Salários e Encargos Sociais	2024	2023
Salários e Ordenados	(891.222)	(1.009.494)
Benefícios a Funcionários	(147.149)	(143.281)
Honorários Profissionais	(91.482)	(203.995)
Encargos Sociais (1)	(209.923)	(227.217)
Pró-labore (2)	(1.127.727)	(1.279.600)
Total	(2.467.503)	(2.863.586)

(1) A partir do exercício de 2023, passou-se a não contabilizar como Encargos Sociais, os valores das isenções usufruídas da Cota patronal e do PIS-Sobre a Folha de Pagamento demonstradas na nota 21.

(2) Conforme Estatuto Social da Entidade, consolidado e aprovado pela Assembleia Geral em 19/04/2021, os dirigentes que atuem efetivamente na gestão executiva da Entidade poderão ser remunerados, respeitando como limites máximos os valores estabelecidos em acordo com a lei complementar 187/21.

b. Despesas Gerais e Administrativas

Serviços Gerais	2024	2023
Tarifa de Energia Elétrica	(5.822)	(5.547)
Despesas com Alimentação	(217.236)	(227.835)
Produtos de Higiêne e Limpeza	(4.782)	(3.709)
Serviços e Materiais de Escritório	(81.241)	(186.123)
Tarifas de Água e Esgoto	(1.491)	(8.650)
Serviços de Terceiros PJ	(534.375)	(492.114)
Despesas com Processos Judiciais	(15.000)	(143)
Campanhas e Patrocínios	(296.551)	(352.634)
Outros	(20.300)	(15.742)
Total	(1.176.798)	(1.292.497)

Manutenção	2024	2023
Manutenção, Conservação e Consumo	-	(4.699)
Total	-	(4.699)

Depreciação e Amortização	2024	2023
Instrumentos Musicais (1)	-	(251)
Equipamentos de Informática (1)	-	(20.498)
Máquinas e Equipamentos (1)	-	(954)
Móveis e Utensílios	(17.854)	(17.840)
Total	(17.854)	(39.543)

(1) Parte dos ativos imobilizados foram baixados em 2024 em decorrência da obsolescência, perda e outras razões que tornaram os bens inutilizáveis ou sem valor econômico futuro para a empresa.

c. Outras Despesas Operacionais

Impostos e Taxas	2024	2023
IPTU	(13.367)	(26.359)
IRRF sobre Operações Financeiras	(33.810)	(83.878)
Outros	(6.219)	(4.374)
Total	(53.396)	(114.611)

Aluguéis	2024	2023
Aluguel Filial	(20.000)	(60.000)
Aluguel Sede	(150.720)	(150.720)
Total	(170.720)	(210.720)

Perdas Diversas	2024	2023
Provisão Para Perdas de Estoques	(236.900)	-
Provisão p/Devedores Duvidosos	(10.000)	-
Total	(246.900)	-

19 Despesas financeiras

	2024	2023
Multas e Juros de Mora	(1.722)	(1)
Encargos Sobre Parcelamentos	(56.881)	(88.409)
Despesas com Perdas Financeiras	(331)	(1.334)
Outras Despesas Financeiras	-	(8.624)
Total	(58.934)	(98.368)

20 Gratuidades

a. Concedidas:

Este item está relacionado a distribuição de cestas básicas recebidas como doação as famílias em vulnerabilidade social acompanhadas pela Entidade, que passam a ser consideradas despesas no momento da distribuição. Em 31 de dezembro de 2024, o valor atribuído a estas gratuidades montou o total de R\$ 88.844 (em 31 de dezembro de 2023 – R\$ 843.371).

b. Recebidas:

Este item está relacionado as isenções do pagamento de aluguel e IPTU de imóvel utilizado pela Entidade para o desenvolvimento de determinadas atividades sociais e da doação de cestas básicas para distribuição as famílias em situação de vulnerabilidade. Em 31 de dezembro de 2024, o valor atribuído a estas gratuidades montou o total de R\$ 474.474 (em 31 de dezembro de 2023 – R\$ 1.269.692).

21 Renúncia Fiscal

Em atendimento ao item 27, letra “c” da ITG 2002 (R1) - entidade sem finalidade de lucros, a Entidade apresenta a seguir, na hipótese dos recursos de subvenção governamental utilizados para custeio das atividades da Entidade pudessem ser considerados como receita tributável, a relação dos tributos objetos da renúncia fiscal para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023:

- IRPJ (Imposto de renda da Pessoa Jurídica);
- CSLL (Contribuição Social sobre o Lucro Líquido);
- ISSQN (Imposto sobre Prestação de Serviços de Qualquer Natureza);
- COFINS (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social) sobre as receitas próprias.

Isenções previdenciárias:

A certificação de entidade beneficente de assistência social foi deferida sob protocolo de nº 71000.073405/2013-38, publicada no Diário Oficial da União de 28/04/2015, com validade renovada até 31/12/2025 conforme publicação da portaria nº 49/2022, no Diário Oficial da União de 25/05/2022, referente ao processo 235874.0027028/2020. Abaixo são demonstrados os valores relativos às isenções previdenciárias caso as mesmas fossem devidas:

	2024	2023
INSS Cota Patronal	1.006.140	1.130.149
PIS – Sobre Folha de Pagamento	30.335	33.526
Total	1.036.475	1.163.675

26 Eventos Subsequentes

Em 24 de fevereiro de 2025, a Associação Beneficente Santa Fé, devidamente representada, protocolou um pedido de revisão de capacidade de pagamento junto à Procuradoria Geral da Fazenda Nacional (PGFN) referente ao parcelamento do INSS da cota patronal de um período anterior à sua certificação pelo CEBAS. Este pedido foi baseado na realidade financeira da associação, que há trinta anos presta serviços sociais essenciais à defesa da criança e do adolescente, operando sem fins lucrativos e aplicando todos os seus recursos para oferecer assistência de qualidade à população carente. A Entidade mantém convênios com parceiros públicos e privados, cujos recursos são restritos a rubricas contratuais específicas, não podendo ser usados para pagamentos que ultrapassem suas limitações financeiras e ponham em risco a continuidade dos serviços. Em 17 de março de 2025, o pedido foi analisado e deferido, permitindo o prosseguimento do processo de consolidação do novo contrato em condições mais razoáveis. Atualmente, a Entidade está nas providências finais para a realização do parcelamento com base no deferimento do pedido de revisão da capacidade de pagamento.

Rogério Lucchi Monaco
Diretoria executiva
CPF nº 269.540.218-06

Marcélio de Oliveira
Contador
CRC nº 1SP113950/O-5